



Número: **1003860-82.2019.4.01.4002**

Classe: **AÇÃO POPULAR**

Órgão julgador: **Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Parnaíba-PI**

Última distribuição : **13/08/2019**

Assuntos: **Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ADRIANO DOS SANTOS CHAGAS (AUTOR)	ADRIANO DOS SANTOS CHAGAS (ADVOGADO)
FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO PIAUI (RÉU)	
JAIR MESSIAS BOLSONARO (RÉU)	
MUNICIPIO DE PARNAIBA (RÉU)	
UNIAO FEDERAL (RÉU)	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77092 638	13/08/2019 17:43	<u>Decisão</u>	Decisão



**Subseção Judiciária de Parnaíba-PI
Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Parnaíba-PI**

PROCESSO: 1003860-82.2019.4.01.4002

CLASSE: AÇÃO POPULAR (66)

AUTOR: ADRIANO DOS SANTOS CHAGAS

Advogado do(a) AUTOR: ADRIANO DOS SANTOS CHAGAS - PI4623

RÉU: FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO PIAUI, JAIR MESSIAS BOLSONARO, MUNICIPIO DE PARNAIBA, UNIAO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de ação popular, proposta por ADRIANO DOS SANTOS CHAGAS em face da FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PIAUÍ – FECOMÉRCIO(PI), JAIR MESSIAS BOLSONARO, UNIÃO FEDERAL e MUNICÍPIO DE PARNAÍBA/PI, com objetivo de alcançar decisão, em sede de tutela de urgência, no sentido de determinar à FECOMÉRCIO(PI) e ao Município de Parnaíba/PI que se abstêm de promover inauguração de escola em imóvel público localizado na Av. Presidente Getúlio Vargas, 963, Centro, Parnaíba/PI, bem como que promovam a retirada de letreiro afixado na fachada do referido imóvel com os dizeres “Escola Presidente Jair Bolsonaro”, sob pena de fixação de multa por descumprimento. No mérito, busca a confirmação da tutela de urgência, com a invalidação do ato impugnado e a condenação ao pagamento de perdas e danos aos responsáveis e beneficiários pela sua prática.

Aduz que o Município de Parnaíba encaminhou ao legislativo projeto de lei que autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel de sua propriedade, tendo como favorecido a Federação de Comércio do Estado do Piauí (FECOMÉRCIO), a qual, se antecipando aos atos oficiais da concessão, reformou o prédio público e fixou letreiro com o nome “Escola Presidente Jair Messias Bolsonaro”, em afronta à legislação que proíbe a atribuição de nome de pessoa viva, no caso, o Presidente da República, à imóvel pertencente ao patrimônio público (Lei nº 6.454/77), bem como à Constituição Federal, que proíbe expressamente a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (art. 37, § 1º CF/88).

Sustenta que o imóvel, mesmo cedido para o gozo ou usufruto da entidade sindical, ainda pertence à municipalidade, portanto, não perdeu sua natureza peculiar de bem público, e que o ato impugnado, lesivo ao patrimônio público municipal, já está concretizado, contrariando princípios da administração pública, em especial, a legalidade e a impessoalidade.

Vieram-me os autos conclusos. DECIDO.



Da legitimidade passiva

Reconheço, de início, a **ilegitimidade passiva** da pessoa física do Presidente da República, tendo em vista que a pessoa agraciada não possui interesse próprio na homenagem. Em outros termos, não há direito subjetivo a receber o ato de agraciamento. O interesse jurídico é da entidade que concede a reverência. Outrossim, tratando-se de Presidente da República, a defesa institucional envolvendo as funções inerentes ao cargo é feita pela Advocacia-Geral da União.

Do pedido de liminar

Nos termos do artigo 300 do NCPC, a tutela de urgência “será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”, desde que viável a reversibilidade da medida, nos termos do §3º do referido artigo.

Trata-se de reforma de prédio público e inauguração de escola a funcionar no local levadas a cabo pela FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO PIAUÍ – FECOMÉRCIO(PI), a partir de concessão de direito real de uso de imóvel concedido pelo Município de Parnaíba.

Reputo fato público e notório na cidade de Parnaíba que o prédio onde funcionará a escola, aparentemente tombado por sua importância histórica e cultural, estava há muito tempo abandonado e deteriorado, de forma que os atos de reforma, revitalização e utilização do mesmo para fins educacionais estão em conformidade com a finalidade pública e o interesse social.

Assim, deve-se separar o pedido de suspensão da solenidade de inauguração e o pedido de vedação de concessão do nome da escola à pessoa do Presidente da República.

O pedido liminar de suspensão da inauguração e funcionamento do novo espaço não se mostra adequado aos interesses público e social envolvidos. Cuida-se de um serviço educacional que será posto à disposição da comunidade e/ou da categoria envolvida.

Depreendo, pelo contrário, perigo de dano inverso, na medida em que se está na iminência do evento, onde o Poder Público e a entidade do terceiro setor já arcaram com os preparativos e a organização, contando com a participação de diversas autoridades públicas municipais, estaduais e federais. Isso sem falar no constrangimento e contratempo, decorrentes de uma suspensão às vésperas do evento, pelo qual passarão as autoridades e os convidados que programaram o seu deslocamento para participar da solenidade marcada para ser realizada no “Dia de Parnaíba”.

Tem-se, ainda, que eventos deste tipo são amplamente divulgados pelos meios de comunicação muitos dias antes da data prevista, de forma que a propositura de ação visando a sua suspensão liminar no dia imediatamente anterior prejudica uma análise judicial da questão sob todos os vieses possíveis, inclusive com o pedido de informações das partes para subsidiar a decisão.

Quanto ao nome a ser dado à escola, tem-se que o prédio e os serviços a serem prestados serão custeados e realizados pela FECOMÉRCIO/PI, entidade paraestatal que possui normas internas de administração e gerenciamento, bem como de fiscalização. Mostra-se, pois,



controversa a questão jurídica quanto à vedação de a entidade conferir nomes de pessoas vivas em seus estabelecimentos.

De todo modo, não diviso a necessidade de se adentrar, neste momento processual, acerca da legalidade por eventual ofensa ao princípio da impessoalidade, a incidir nos atos da entidade paraestatal. Isso porque não vislumbro a urgência do provimento vindicado e o perigo de dano irreparável, podendo o processo ter o seu curso normal, com a instauração do contraditório, para a resolução da questão por meio de decisão definitiva.

Isto posto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado.

Excluo do processo a pessoa física do Presidente da República, por ilegitimidade passiva.

Citem-se os requeridos para, querendo, apresentarem contestação, no prazo legal.

Publique-se. Cumpra-se.

Parnaíba/PI, 13 de agosto de 2019.

JOSÉ GUTEMBERG DE BARROS FILHO
Juiz Federal da Subseção Judiciária de Parnaíba/PI



Assinado eletronicamente por: JOSE GUTEMBERG DE BARROS FILHO - 13/08/2019 17:43:25
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19081317432569900000076391205>
Número do documento: 19081317432569900000076391205

Num. 77092638 - Pág. 3